

BRASIL É REBAIXADO

Daniela Mendes
Correspondente

Nova York — Mais uma má notícia. A agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P), um dos principais parâmetros para investidores de todo o mundo, rebaixou ontem o Brasil. Os títulos de longo prazo da dívida externa do governo brasileiro passaram de BB- para B+. Com a mudança, determinada em função da desvalorização do real, a agência está dizendo que os papéis emitidos pelo Brasil são de alto risco.

Na esteira do rebaixamento dos títulos externos do país, a agência rebaixou ainda a dívida interna federal de longo prazo (de BB+ para BB-), assim como o débito de longo prazo em moeda estrangeira dos estados da Bahia, Ceará e do município Rio de Janeiro (de BB- para B+). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) também foram rebaixados pela agência. Os papéis da dívida externa dos dois bancos passou de BB- para B+.

O rebaixamento do Brasil é ruim para todos no país, pois nenhum banco ou empresa brasileira pode ter uma classificação melhor que o governo federal. Como grandes aplicadores direcionam seus investimentos de acordo com a classificação feita pelas agências de risco, isso dificulta a captação de recursos no exterior por parte dos setores público e privado.

A Moody's, a outra agência de classificação de risco importante, já havia rebaixado o Brasil em setembro passado, após a moratória russa. Segundo Vicent Truglia, diretor da área de risco soberano da Moody's, não há outro rebaixamento à vista, a situação do Brasil é estável. México e Argentina, entretanto, correm risco de piorar na classificação da Moody's.

RECUPERAÇÃO

As perspectivas para a economia brasileira são negativas, segundo a S&P. No relatório que justifica o rebaixamento, a agência diz que o pessimismo é reflexo da dificuldade de recuperação econômica do país no contexto de uma desvalorização do real com o ajuste fiscal incompleto e frágil confiança do mercado. Para a Standard & Poor's, é possível que haja nova desvalorização do real.

A agência não acredita que as taxas de juros cairão rapidamente. Ao contrário, acha que subirão para defender a nova política cambial e tentar recobrar credibilidade do investidor. "A pressão sobre a taxa de câmbio não deve ceder e o fluxo de capitais deve permanecer negativo durante meses, esperando a aprovação do pacote fiscal e o anúncio da situação das contas públicas federais e estaduais no primeiro trimestre de 1999", diz Alexei Remizov, um dos autores do relatório.

O cenário previsto pela Standard & Poor's é ruim. Para a agência, as taxas de juros ficarão bem acima dos 22% acertados com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que deverá aprofundar significativamente a recessão e estourar a meta

de déficit do setor público.

Para a agência, a credibilidade da nova política cambial é frágil e as reservas internacionais vulneráveis. O lado positivo, segundo a S&P, é que a desvalorização não deverá provocar uma inflação descontrolada, o Brasil está conduzindo um amplo programa de privatização e dispõe de sólidas empresas nacionais.

Na opinião de analista do mercado, o quadro brasileiro continua ruim e o governo só conseguirá recuperar a confiança do investidor se o pacote fiscal avançar concretamente no Congresso Nacional. Embora o Brasil seja essencial para a solidez da economia da América Latina, os investidores não acreditam que haja risco de contágio global como ocorreu quando países do Sudeste Asiático e a Rússia quebraram.

"A situação do Brasil não é nenhuma surpresa. Todos sabiam dos problemas do país há tempos e os mais prudentes se preparam para isso", diz John Williams, economista-chefe do Bankers Trust, para quem a desvalorização foi um passo correto, mas ainda há uma longa trajetória a ser seguida até o horizonte desanuviar.

ATOLEIRO

Começa a se formar um consenso no exterior de que, para sair do atoleiro no qual se encontra, o Brasil depende apenas de si mesmo, pois a comunidade internacional já fez o que podia ao emprestar US\$ 41,5 bilhões para o país em novembro passado.

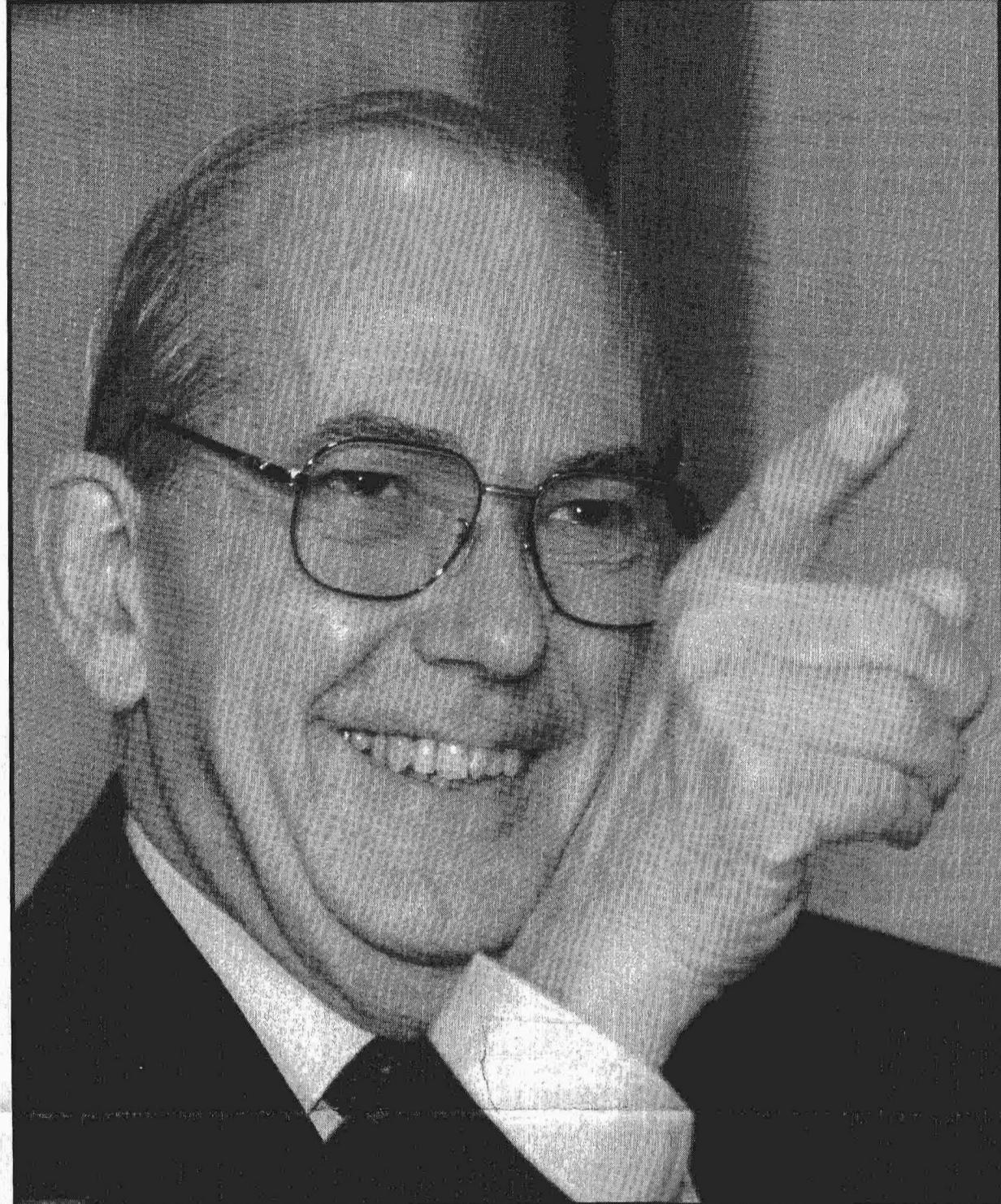
"Com (Michel) Camdessus (diretor-gerente do FMI) e os outros (membros do G-7, grupo dos sete países mais ricos do mundo), dissemos, francamente, que neste momento não há nada que podemos ou devemos fazer. O FMI aprovou recentemente um pacote de US\$ 41,5 bilhões e seria absurdo pensar em outra intervenção parecida", declarou o secretário do Tesouro da Itália, Carlo Azeglio Ciampi.

"Não falamos nisso e ninguém levantou esta hipótese, nem mesmo os norte-americanos que sofreriam os piores efeitos se as dificuldades brasileiras se agravarem", acrescentou Ciampi. Os integrantes do G-7 fizeram uma reunião telefônica na quarta-feira para avaliar a situação do Brasil.

Também para o FMI, a saída da crise está na implementação do ajuste fiscal. Num comunicado de tom ponderado, Camdessus diz que acolheu "com satisfação" a reafirmação do Brasil de levar adiante o programa fiscal acertado com a instituição, após o anúncio da desvalorização do real. Ele admitiu, contudo, que o FMI vai discutir nos próximos dias com o governo brasileiro as consequências dos últimos acontecimentos.

Segundo o porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amral, o presidente Fernando Henrique Cardoso conversou ontem com o vice-diretor gerente do FMI, Stanley Fischer, e procurou transmitir otimismo. O presidente brasileiro disse que os fundamentos da economia estão sob controle e que a situação do país é viável.

Mark Wilson/Reuters



Camdessus recebeu com "satisfação" a determinação do governo brasileiro em levar adiante o ajuste fiscal